



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre	120\$
A 1.ª série . . .	90\$	„	48\$
A 2.ª série . . .	80\$	„	43\$
A 3.ª série . . .	80\$	„	43\$

Avulso: Número de duas páginas \$30;
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10-112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

Aos serviços públicos

Em cumprimento das disposições do artigo 8.º do decreto n.º 26:341, de 7 de Fevereiro de 1936, e em harmonia com as indicações recebidas da Direcção Geral do Tribunal de Contas, nenhum diploma ou despacho referente a pessoal, com excepção exclusiva dos de simples demissão ou exoneração, pode ser publicado no «Diário do Governo» sem alguma das seguintes menções:

- a) Da data do visto;
- b) Da data da anotação;
- c) De que não carece de visto ou anotação do Tribunal;
- d) De que o diploma vai ser submetido ao visto, quando se trate de nomeação ou colocação:

De autoridades civis;
De professores provisórios ou temporários;
De tesoureiros interinos ou seus propostos;
De pagadores e seus ajudantes.

Quando qualquer despacho não traga as indicações necessárias respeitantes ao visto será, pela Imprensa Nacional, devolvido à procedência, a fim de ser completado antes de inserto no «Diário do Governo».

SUMARIO

Ministério do Interior :

Decreto n.º 26:732 — Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Assistência Infantil da freguesia de Monte Pedral, da cidade de Lisboa.

Ministério da Justiça :

Declaração de terem sido, por despacho ministerial e visto do Sub-Secretário de Estado das Finanças, aprovados os quadros do pessoal contratado e assalariado, com carácter permanente, da Direcção Geral dos Serviços Prisionais e estabelecimentos dependentes da referida Direcção Geral.

Ministério da Marinha :

Portaria n.º 8:473 — Aumenta com um terceiro despenseiro a lotação das guarnições dos contratorpedeiros tipo *Vouga*, nas situações de completo armamento e armamento normal.

Ministério dos Negócios Estrangeiros :

Aviso — Torna público ter o Grã-Ducado do Luxemburgo ratificado a Convenção para limitar o fabrico e regulamentar a distribuição de estupefacientes, e Protocolo de assinatura celebrados em Genebra a 13 de Julho de 1931.

Aviso — Torna público ter a Dinamarca renovado a aceitação da disposição facultativa prevista no Protocolo de assinatura do Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional.

Ministério da Educação Nacional :

Decreto-lei n.º 26:733 — Torna extensivas à Comissão Administrativa das Obras de Construção do Instituto Português de Oncologia as disposições do decreto-lei n.º 26:005, relativo à organização de contas dos anos económicos de 1925-1926 a 1934-1935 prestadas ao Tribunal de Contas pela Comissão Directora do mesmo estabelecimento.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

Decreto n.º 26:732

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Assistência Infantil da freguesia de Monte Pedral, da cidade de Lisboa, e bem assim os respectivos vencimentos annuaes, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 cozinheira.	1.200\$00
1 cobrador, 20 por cento sobre a cobrança das cotas.	

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Junho de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Declara-se, nos termos do artigo 1.º do decreto-lei n.º 26:503, de 6 de Abril último, que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Justiça de 12 do corrente e visto de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado de Finanças de 15 do mesmo mês, foram aprovados os quadros do pessoal contratado e assalariado, com carácter permanente, desta Direcção Geral e dos seguintes estabelecimentos:

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

2 aspirantes. a 500\$00, por mês

Instituto de Criminologia de Lisboa

15 dactiloscopistas	a 470\$00, por mês
16 escriptorários	a 470\$00 „
1 adjunta da 1.ª secção.	470\$00 „
3 contínuos	a 425\$00 „
1 servente	350\$00 „

Instituto de Criminologia de Coimbra

5	escriurários de 1. ^a classe . . . a	25\$00,	por dia
1	contínuo de 1. ^a classe.	500\$00,	por mês
1	preparador	15\$00,	por dia

Cadeia Penitenciária de Lisboa

1	professor	600\$00,	por mês
1	professor de educação física . . .	600\$00	"
2	enfermeiros a	512\$00	"
6	aspirantes a	626\$75	"
1	mestre de funileiro	600\$00	"
1	mestre de impressor	600\$00	"
1	mestre de alfaiate	600\$00	"
1	mestre de compositor	600\$00	"
1	mestre de marceneiro	600\$00	"
1	mestre de pedreiro	600\$00	"
1	mestre de carpinteiro	600\$00	"
1	mestre de serrador mecânico . . .	600\$00	"
1	electricista	600\$00	"
1	fiel	512\$00	"
1	despenseiro	512\$00	"
21	guardas auxiliares a	512\$00	"
1	encarregado de compras	490\$00	"
1	mestre de sapateiro	450\$00	"
3	carroceiros serventes a	435\$00	"
1	servente	300\$00	"
1	apalpadeira	200\$00	"
1	telefonista	200\$00	"

Cadeia Penitenciária de Coimbra

1	contabilista	645\$00,	por mês
1	farmacêutico	378\$00	"
1	mestre de obras	444\$00	"
1	mestre de alfaiates	444\$00	"
7	guardas auxiliares a	300\$00	"
1	guarda auxiliar	336\$00	"
1	guarda auxiliar	315\$00	"
1	contínuo	357\$00	"
1	cozinheiro	444\$00	"
2	serventes a	378\$00	"
2	serventes a	300\$00	"

MAPA I**Cadeias Cíveis Centrais de Lisboa****Cadeias do Limoeiro, Mónicas e Monsanto**

1	médico (gratificação)	700\$00,	por mês
1	médico (gratificação)	600\$00	"
1	médico estomatologista (gratificação)	200\$00	"
1	guarda-livros ecónomo, chefe de contabilidade (gratificação) . . .	650\$00	"
1	tesoureiro (gratificação)	650\$00	"
1	chefe de cadeia (gratificação) . . .	650\$00	"
1	farmacêutico	500\$00	"
7	aspirantes a	600\$00	"
2	aspirantes a	498\$50	"
1	chefe de cadeia (feminina)	600\$00	"
1	enfermeiro	580\$00	"
1	enfermeira	500\$00	"
21	guardas a	512\$00	"
1	guarda motorista	450\$00	"
5	adjuntas a	400\$00	"
1	apalpadeira	60\$50	"
2	apalpadeiras a	107\$50	"
1	ajudante, fiel do armazém geral	450\$00	"
2	serventes a	378\$00	"
1	servente	350\$00	"
1	servente	300\$00	"
2	condutores de carroças a	378\$00	"
1	cozinheiro	198\$00	"
2	auxiliares de contabilidade . . . a	150\$00	"

MAPA II**Nova Cadeia de Caxias**

1	médico (gratificação)	900\$00,	por mês
1	chefe de cadeia (gratificação) . . .	650\$00	"
1	chefe de guardas	650\$00	"
1	enfermeiro	580\$00	"
15	guardas a	512\$00	"
1	guarda motorista	450\$00	"
1	apalpadeira	107\$50	"
1	servente	300\$00	"
1	condutor de carroça	378\$00	"
1	cozinheiro	198\$00	"

MAPA III**Secção Agrícola de Monsanto**

1	delegado do conselho administrativo (gratificação)	600\$00,	por mês
1	adjunto do delegado	600\$00	"
2	aspirantes a	600\$00	"
15	guardas a	15\$50,	por dia
1	motorista	15\$50	"
1	ajudante motorista	12\$50	"

Cadeia Cível do Porto

1	guarda-livros ecónomo	900\$00,	por mês
2	aspirantes a	620\$00	"
1	professor	308\$00	"
14	guardas a	480\$00	"
1	enfermeiro	250\$00	"
1	enfermeiro	395\$00	"
1	apalpadeira	170\$00	"
1	apalpadeira	140\$00	"

Colónia Penal Agrícola António Macleira, de Sintra

1	médico	590\$00,	por mês
1	auxiliar do ecónomo e fiel de armazéns	480\$00	"
1	mestre serralheiro	444\$00	"
1	mestre carpinteiro	444\$00	"
1	mestre carpinteiro agrícola	444\$00	"
1	mestre pedreiro	444\$00	"
1	mestre sapateiro	444\$00	"
1	abegão	420\$00	"
1	vaqueiro	420\$00	"
1	carroceiro	420\$00	"
1	hortelão	420\$00	"
1	ferramenteiro	420\$00	"
1	guarda-nocturno	420\$00	"
1	guarda campestre	420\$00	"
1	porteiro e condutor do correio	336\$00	"
1	encarregado da leitaria, aviários, pocilgas, etc.	336\$00	"

Direcção Geral dos Serviços Prisionais, 22 de Junho de 1936. — O Director Geral, *Augusto de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Superintendência dos Serviços da Armada****Repartição do Pessoal****Portaria n.º 8:473**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a lotação das guarnições dos contratorpedeiros tipo *Vouga*, aprovada pela portaria n.º 8:448, de 30 de Maio do corrente ano, seja aumen-

tada de um terceiro despenseiro nas situações de completo armamento e armamento normal.

Ministério da Marinha, 29 de Junho de 1936. — O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos

• Repartição dos Negócios da Sociedade das Nações

Por ordem superior se faz público que, segundo informa o secretário geral da Sociedade das Nações, o Grã-Ducado do Luxemburgo ratificou, em 30 de Maio findo, a Convenção para limitar o fabrico e regulamentar a distribuição de estupefacientes, e Protocolo de assinatura, celebrados em Genebra a 13 de Julho de 1931.

Direcção Geral dos Negócios Políticos, 20 de Junho de 1936. — O Secretário Geral, *Luiz Teixeira de Sampaio*.

Por ordem superior se faz público que, segundo informa o secretário geral da Sociedade das Nações, a Dinamarca assinou, em 4 de Junho de 1936, a seguinte declaração, renovando a aceitação da disposição facultativa prevista no Protocolo da assinatura do Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional:

Em nome do Governo Dinamarquês, e sob reserva de ratificação, declaro reconhecer como obrigatória de pleno direito e sem convenção especial, isto é, sob condição de reciprocidade para qualquer outro Membro ou Estado aceitando a mesma obrigação a Jurisdição do Tribunal Permanente de Jus-

tiça Internacional, em conformidade com o artigo 36, alínea 2), do Estatuto do mesmo Tribunal, por um período de dez anos, a partir de 13 de Junho de 1936.

Direcção Geral dos Negócios Políticos, 22 de Junho de 1936. — O Secretário Geral, *Luiz Teixeira de Sampaio*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 26:733

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. São tornadas extensivas à Comissão Administrativa das Obras de Construção do Instituto Português de Oncologia as disposições do decreto-lei n.º 26:005, de 1 de Novembro de 1935, relativo à organização de contas dos anos económicos de 1925-1926 a 1934-1935 prestadas ao Tribunal de Contas pela Comissão Directora do mesmo estabelecimento.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Junho de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes that this is crucial for ensuring transparency and accountability in the organization's operations.

2. The second part of the document outlines the various methods and tools used to collect and analyze data. It highlights the need for consistent and reliable data collection processes to ensure the validity of the findings.

3. The third part of the document describes the results of the data analysis and the conclusions drawn from the study. It provides a detailed overview of the key findings and their implications for the organization's future actions.

4. The fourth part of the document discusses the limitations of the study and the potential areas for future research. It acknowledges the constraints of the current study and suggests ways to improve the research in the future.

5. The fifth part of the document provides a summary of the overall findings and the key takeaways from the study. It reiterates the importance of the research and the need for continued monitoring and evaluation of the organization's performance.

6. The sixth part of the document discusses the practical implications of the study and the steps that should be taken to implement the findings. It provides a clear roadmap for the organization to follow in order to achieve its goals and objectives.

7. The seventh part of the document provides a detailed overview of the methodology used in the study. It describes the various steps and techniques used to collect and analyze the data, ensuring that the results are reliable and valid.

8. The eighth part of the document discusses the ethical considerations of the study and the measures taken to ensure that the research is conducted in a responsible and ethical manner. It highlights the importance of protecting the privacy and confidentiality of the data.

9. The ninth part of the document provides a detailed overview of the results of the data analysis and the conclusions drawn from the study. It provides a detailed overview of the key findings and their implications for the organization's future actions.

10. The tenth part of the document discusses the limitations of the study and the potential areas for future research. It acknowledges the constraints of the current study and suggests ways to improve the research in the future.